

ABORDAGENS TEÓRICAS DOS GRUPOS PRÉ-HISTÓRICOS CERAMISTAS NO NORDESTE

CLÁUDIA A. OLIVEIRA¹

ABSTRACT

This paper presents the origins and theoretical approaches for the study of the ceramists pre-historical groups of Brazilian Northeast. The studies concerning these groups, beginning with evolutionist, diffusionist and artistic approaches, are going through a new critical reflexion phase, in which the cultural traces are viewed in a system perspectives within a ecological and archaeological framework to prevent the isolated analysis of cultural elements.

Palavras-chave: cerâmica, abordagens teóricas, arqueologia nordestina

¹ Arqueóloga da Universidade Federal de Pernambuco. Arqueóloga visitante do MAX é subcoordenadora da escavação do Sítio Jerimum.

ORIGENS E HISTÓRICO DAS PESQUISAS

A arqueologia no Nordeste do Brasil possui, nos seus princípios, uma história, que podemos considerar diferente da história das demais regiões do país. Observamos um desenvolvimento praticamente independente e à parte dos interesses que nortearam as pesquisas arqueológicas, nos fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, nas regiões Sul e Sudeste, onde se procurava responder questões referentes às origens e à antigüidade do homem americano; à origem, idade e cronologia dos grupos pré-históricos dos sambaquis; à produção de cerâmica em sítios de *origem Tupi-Guarani*; e, na Amazônia, à origem e à dispersão da cerâmica, ressaltando-se os estudos da cerâmica da Ilha de Marajó. No Nordeste, verificamos uma concentração maior de interesses nas pinturas e gravuras rupestres, as quais foram notificadas desde o início da colonização portuguesa.

As primeiras informações arqueológicas sobre as populações pré-históricas no Nordeste, como em todo o país, são produtos de achados fortuitos ou salvamentos superficiais que foram divulgados em jornais e revistas. Não existia uma preocupação científica e as interpretações, na maioria das vezes, eram fictícias. Esses trabalhos, no entanto, forneceram dados sobre a localização dos sítios e, ainda hoje, vêm contribuindo para a realização de projetos de pesquisas arqueológicas na região. Podemos citar, como exemplo, as informações sobre grafismos rupestres do manuscrito *Indícios de uma civilização antiquíssima*, de José Azevedo Dantas, sobre a região do Seridó, nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, além dos dados nos trabalhos desenvolvidos por Alfredo de Carvalho, Luciano Jacques de Moraes, Mário Melo, L. F. R. Clerot, Carlos Ott, Ludwig Schwennhagen, Richard Burton, J. Casper Branner, Alfredo Brado, Carlos Estevão, Pompeu Sobrinho e Carlos Studart, entre muitos outros. Para os estudos sobre os grupos pré-históricos ceramistas, podemos encontrar nesses trabalhos informações referentes, sobretudo, a localização de sítios. Infelizmente, deste período, existem muitas peças cerâmicas que foram agrupadas em coleções particulares ou depositadas em museus sem nenhuma referência do seu contexto arqueológico. Segundo Martin (1996:22), com algumas exceções, existiu uma “letargia” na pré-história do Nordeste que durou até os anos sessenta quando foram iniciadas pesquisas sistemáticas por François Alfredo Laroche, Marcos Albuquerque e Velda Lucena, em Pernambuco; Valetin Calderón, na Bahia; e Nassáro Nasser no Rio Grande do Norte.

Os primeiros estudos de carácter científico sobre os grupos pré-históricos ceramistas foram iniciados justamente no período das pesquisas sistemáticas, no entanto, apenas com a implantação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA (1965-1970), é que esses estudos foram implementados. Neste período, em outros países, já havia começado o movimento inovador na arqueologia que, apoiado numa perspectiva antropológica, passou a se conceder menos ênfase ao simples inventário dos sítios e de peças arqueológicas, procurando-se a síntese e significados dos dados pré-históricos.

No período de 1970 a 1990 verificamos poucas publicações referentes aos grupos pré-históricos ceramistas e algumas pesquisas continuaram sendo desenvolvidas com a mesma perspectiva metodológica do PRONAPA, porém, nelas encontramos os primeiros questionamentos a esse tipo de abordagem. No entanto, as críticas não chegaram a abalar ou alterar o modelo teórico para tratar os grupos pré-históricos estabelecidos anteriormente e os vestígios cerâmicos continuaram como o elemento essencial para caracterizar culturas pré-históricas de grupos “*coletores com agricultura incipiente*” ou grupos “*horticultores*”. Em síntese, apesar das críticas e das conseqüentes mudanças nos objetivos dos projetos desenvolvidos, durante muitos anos as pesquisas sobre estes grupos continuaram a ser realizadas com a mesma metodologia e conceitos aplicados por este Programa.

SÍNTESE DAS ABORDAGENS TEÓRICAS

Os primeiros trabalhos sobre grupos pré-históricos ceramistas no Brasil apresentam abordagens evolucionistas, difusionistas ou exclusivamente artísticas. Posteriormente, os conceitos e modelos antropológicos, estabelecidos pela escola americana nos anos quarenta, irão prevalecer em termos interpretativos. O *modelo de áreas culturais*, as informações etno-históricas e etnográficas de Hans Staden, Jean de Lery, Claude d’Abbeville, Gabriel Soares, Gaspar de Carvajal e Alfred Métraux, entre muitos outros, serviriam de base teórica para os estudos desses grupos.

No final do século passado, Ladislau Netto, do Museu Nacional, em suas *Investigações sobre a arqueologia brasileira*, compara a cerâmica do

Amazonas e principalmente a de Marajó com as da costa do litoral sul do país, estabelecendo uma separação que irá refletir-se, posteriormente, nas classificações da cerâmica pré-histórica (Cf. Netto 1885). Angyone Costa, Frederico Barata e Pereira Junior compararam a cerâmica nas diversas regiões do país, estabelecendo uma evolução geográfica, porém, mantém, de modo geral, a distinção entre a cerâmica do Sul e do Norte estabelecida por Ladislau Netto (Cf. Pereira Júnior 1967; Costa 1980; Barata 1968,1992).

Nos anos quarenta, Gordon Willey elaborou um levantamento etnográfico e arqueológico de toda a América do Sul e, a partir de pressupostos evolutivos e difusionistas, procurou apresentar várias formulações sobre a história e o desenvolvimento da cerâmica, chegando a definir cinco estágios hipotéticos deste desenvolvimento. No seu ponto de vista, a maior parte da cerâmica deste continente

“tinha função de recipiente utilitário empregado na preparação, consumo e armazenagem de comidas e bebidas. Em algumas áreas, tais como a região interiorana e do leste do Brasil e sul da América do sul não se fazia, verticalmente, nenhuma outra cerâmica além da utilitária. Geralmente, a cerâmica que atendia a estas funções culinárias e de armazenagem não possuía forma altamente decorada ou elaborada.” (Willey 1986: 237)

De acordo com sua classificação, iremos encontrar no Brasil, a cerâmica de *Nível Tosco Controlado* e a cerâmica de *Nível Controlado* na região sul, especificamente na bacia do Paraná, onde estariam contidos os estilos Tupinambá e Guarani. Segundo Willey (*Ibid.*:260), seria

“provável que as técnicas de modelagem e incisão, comuns no Paraná tenham derivado da área leste do Brasil ou das terras baixas da Bolívia. As influências verificadas na área leste do Brasil, com respeito às cerâmicas Tupinambá e Guarani, devem provir do baixo Amazonas. Com base em distribuições conhecidas de cerâmicas, é provável que estes estímulos tenham-se dirigido para baixo, espalhando-se ao longo da costa do Brasil, e não para o interior das terras altas.”

Estes dois níveis equivalem também, em nossa opinião, à distinção estabelecida, por Ladislau Netto no século passado entre a cerâmica do

Com a ampliação das pesquisas sobre os grupos pré-históricos ceramistas, a cerâmica encontrada na maioria dos sítios arqueológicos, no Centro e no Sul do país, foi classificada como Tupi, Guarani ou Tupi-Guarani, baseando-se no fato de que, no século XVI, os portugueses encontraram um grupo indígena de uma única família lingüística, a Tupi-Guarani, dominando toda a região costeira do Brasil. Há em alguns trabalhos a distinção da cerâmica relacionada aos grupos Tupi, no Nordeste, e a cerâmica dos grupos Guarani nas regiões Sul e Sudeste.

Meggers e Evans (1958), seguindo uma linha de trabalho, semelhante a de Gordon Willey, utilizam conceitos antropológicos como: *áreas culturais*, *níveis de desenvolvimento cultural* e *ecologia cultural*, para, através das características da cerâmica, discernir os aspectos sócio-políticos e religiosos dos grupos pré-históricos americanos, avaliando a sua complexidade e a sua identificação nas classificações por áreas culturais e tipos de culturas.

Neste período, o modelo de Steward, em termos interpretativos, passou a ser adotado pelos pesquisadores no Brasil, e os vestígios cerâmicos eram relacionados a culturas do ***Tipo Marginal*** ou ***Tipo Floresta Tropical***. Encontrava-se fora deste modelo a cerâmica da fase Marajoara, na Ilha de Marajó que, de acordo com Altenfelder Silva e Meggers (1972:15), associava-se a este complexo

“ traços sócio-políticos e religiosos pertencentes a um estágio mais alto de desenvolvimento do que o representado pela cultura da floresta tropical, incluindo estratificação social marcada, divisão ocupacional do trabalho, cerimoniais especializados, recipientes de louça e objetos rituais”.

A maior parte dos sítios dos grupos ceramistas, portanto, se enquadrava no modelo de cultura de ***Floresta Tropical***. Eram caracterizados por aldeias pequenas, possuíam cerâmica e, segundo os pesquisadores, praticavam uma agricultura incipiente na base de derrubada e queimada. Esses grupos deslocavam-se periodicamente de suas aldeias, tendo sua alimentação baseada na caça e pesca. Possuíam, segundo Silva (1967:21), “*uma organização social carecendo de controle organizado e distinções de classes e tendo somente uma rudimentar divisão de trabalho*”. Este modelo estaria presente na maior parte do país já no tempo

do contato europeu e, em muitos aspectos, teria permanecido como uma forma mais eficiente de exploração humana do ambiente.

O modelo de grupos de **Floresta Tropical** começou a ser questionado, no Nordeste, pela primeira vez, apenas no final dos anos oitenta, por Marcos Albuquerque e Velela Lucena, em Pernambuco, quando começou a surgir uma quantidade maior de dados da presença de grupos identificados como Tupiguarani no interior do Estado. As evidências indicavam a presença de populações pré-históricas de horticultores em áreas do semi-árido que eram consideradas como tendo sido ocupadas apenas por grupos de caçadores e coletores. Segundo os autores, as evidências demonstravam

“que não se tratava de incursões fortuitas de pequenos grupos, pressionados, talvez, pela expansão do colonizador, mas, sim, se tratava de um estabelecimento estável, semi-sedentário de grupos horticultores. Este fato traz em si uma questão mais delicada, a ser resolvida: a Tradição Cultural Tupiguarani é até então considerada como integrante do modelo de Floresta Tropical, e sua presença, ainda que de grande dispersão de Norte a Sul do Brasil, apenas havia sido registrada em áreas cujas coberturas vegetal florestada refletia ambiente úmido. Dados recentes obtidos no âmbito da Floresta Tropical úmida amazônica, vem por seu turno também por em discussão os conceitos que caracterizam os “Agricultores de Floresta Tropical.” (*Albuquerque; Lucena 1991:117*)

Este fato levou à formulação de duas hipóteses: 1) quando esses grupos ocuparam essa área as condições vigentes não se caracterizavam pela semi-aridez, mas representavam um período de índices mais altos de umidade, compatíveis possivelmente com a expansão dos domínios florestados; 2) o grau de integração alcançado pelos grupos de horticultores na área deveu-se ao desenvolvimento de um processo de adaptação cultural às condições de semi-aridez. Eles propõem uma revisão parcial no modelo de ocupação anteriormente proposto para os portadores da Tradição Tupiguarani (*Op. Cit. 1991:117*).

A classificação dos *grupos tribais* sul americanos começa a ser questionada também em outras áreas. Segundo Scatamacchia (1993:124), em “*relação à Amazônia esta caracterização homogenizante já tem sido contestada, graças aos resultados de estudos etno-históricos e arqueológicos*

cos posteriores, que apontam para a existência, em tempos passados, de uma situação diferente daquelas identificadas na época.(...) em relação aos grupos de fala tupi-guarani, algumas diversidades devem ser apontadas como forma de precisar o desenvolvimento destes grupos.”

A escola americana exercerá uma influência direta na classificação da cerâmica pré-histórica a partir dos anos sessenta com Clifford Evans e Betty Meggers. Desta forma, durante o PRONAPA¹, a classificação da cerâmica é feita com o objetivo de definir as culturas (identificação de formas, tradições e fases) e a sua expansão. Esta classificação também tinha por meta estabelecer uma cronologia baseada em escavações e as variáveis selecionadas, para a diferenciação primária de categorias, eram aquelas consideradas sensíveis ao tempo.

Os estudos sobre os grupos pré-históricos ceramistas estavam baseados nos seguintes postulados:

- 1 - os fenômenos culturais estão funcionalmente entrelaçados, desta forma se pode usar as diferenças de tecnologia cerâmica para se inferir as características gerais da organização sócio-política e religiosa das culturas associadas e, portanto, para se obter uma base de apreciação do nível geral de complexidade atingido por uma cultura extinta;
- 2 - a tecnologia cerâmica refletiria a complexidade geral dos aspectos sócio-políticos e religiosos da cultura a que pertence e possuiria uma grande variação sem perder sua utilidade funcional, tornando-se um índice sensível de correlação cultural e de mudança na complexidade social e os níveis cerâmicos poderiam ser um instrumento útil de trabalho, mesmo que pudesse haver uma correlação flexível entre a tecnologia e a complexidade cultural, já que a cerâmica poderia sofrer um retardamento em referência ao desenvolvimento geral da cultura e ou preceder à aquisição da agricultura;
- 3 - a cerâmica seria demasiada frágil para ser facilmente transportada e, portanto, constituiria um indicador seguro de adoção de vida sedentária;
- 4 - a qualidade e a diversidade da cerâmica dependem da sua produção e do seu uso, desta forma, seria possível usar o nível de desenvolvimento cerâmico como base para inferência sobre os aspectos sócio-políticos e religiosos da cultura;

- 5 - a cerâmica seria pouco adequada a um modo de vida nômade, sendo geralmente associada à subsistência agrícola;
- 6 - a identificação da trajetória das distintas variedades de forma e decoração da cerâmica, através do tempo e do espaço, constituiria uma base segura para a reconstrução dos caminhos de difusão e para o reconhecimento de avanços significativos em nível de desenvolvimento social, sendo possível desta forma estabelecer a origem, as filiações e, em alguns casos, a antiguidade relativa de um complexo arqueológico (Cf. Evans, Meggers 1958, 1964, 1978).

Procurava-se, portanto, definir as rotas de difusão da cerâmica partindo-se do princípio de que as tradições cerâmicas são determinadas culturalmente. Desta forma, os elementos de decoração e as formas poderiam ser utilizados para assinalar as trajetórias de difusão ou migração, sendo um modo útil de compreensão da história do Novo Mundo. A cerâmica, portanto, apresentaria um grau de grande flexibilidade e a sua diversidade permitiria o reconhecimento de estilos locais e a definição das rotas de migração das populações pré-históricas. Neste período procurava-se também estabelecer se as mudanças culturais e os mecanismos pelos quais as transformações ocorrem, seriam a invenção, o descobrimento e o empréstimo. Estas mudanças poderiam ser observadas em vários aspectos da cultura através dos artefatos, de elementos políticos ou religiosos e costumes sociais.

Nesta perspectiva a cerâmica pré-histórica passou a ser classificada a partir das diferenças encontradas no tipo do antiplástico, tratamento de superfície, decoração e, raramente, na forma. Estes critérios eram utilizados para estabelecer tipologias das fases cerâmicas seguindo o método de análise quantitativa, desenvolvido principalmente por Ford (1962), como medida preliminar para a construção de seqüências seriadas. Assim cada seqüência seriada representaria

“uma fase arqueológica ou cultura, caracterizada por tipos específicos de artefatos líticos, padrões de povoamento e de sepultamento,

1 Sobre a historia do PRONAPA e a sua metodologia consultar a Cerâmica Pré-Histórica no Brasil. Alves, Cláudia. Revista CLIO – Serie Arqueológica, n.7, 1991.

bem como um complexo cerâmico distinto.” (*Brochado et al. 1968:4*)

O objetivo da classificação na seriação, seria definir critérios que “*mudam em frequência, gradual e sistematicamente, através do tempo*” e, conseqüentemente, serviria como um meio para determinar a antigüidade relativa das coleções cerâmicas coletadas tanto na superfície como em profundidade, por escavações (Meggers, Evans 1970). Nessa abordagem, partia-se dos seguintes preposições :

- os padrões e tradições de um povo tem uma influência suficientemente forte para manter um certo grau de uniformidade e, portanto, produzir estilos reconhecíveis;
- se as mudanças na técnica e no estilo são graduais e consistentes elas vão refletir a passagem no tempo;
- o maior grau de mudanças seria no estilo;
- na ausência de estratigrafia, aspectos morfológicos ou tipológicos refletirão a direção da história;
- continuidade de estilo → contato de população;
- mudança brusca → mudança de população;
- similaridades tipológicas → parentesco de culturas;
- cerâmica intrusiva → contemporaneidade de culturas.

O problema básico que norteou as pesquisas sobre os grupos pré-históricos ceramistas neste período, estava integrado dentro de um projeto mais amplo, que era reconstituir os movimentos de povos e culturas que pudessem explicar a distribuição de traços físicos, lingüísticos e culturais que foram identificados no Novo Mundo. Precisava-se definir os movimentos migratórios de maior e de menor amplitude e reconstituir seqüências culturais locais de modo a abranger todo histórico da localidade, situando, num esquema geográfico mais amplo, cada uma das culturas, de forma que permitissem inferências sobre a origem e sobre as influências recebidas de grupos vizinhos ou a influência que estes teriam exercido sobre os outros.

Através do método comparativo, precisava-se saber distinguir entre os traços que, sendo similares, foram inventados independentemente, e aqueles que, historicamente, estavam relacionados. A definição dos tipos de traços estava baseada na sua complexidade: quanto mais complexo fosse o traço (ou grupo de traços), tanto menor seria a probabilidade de ter sido inventado mais de uma vez. Mas o crité-

rio mais seguro, segundo Meggers e Evans (1958), seria o da distância, pois partia-se do princípio de que quanto mais próximos no espaço se encontrassem duas ocorrências do mesmo traço, tanto mais provável seria existir relação histórica entre ambas.

Através destes parâmetros foram estabelecidas no II Seminário do PRONAPA, realizado em Belém em 1968, as tradições ceramistas e definidas as linhas gerais do quadro atual sobre a cerâmica pré-histórica, tanto na região Nordeste, quanto nas demais regiões do país. Neste seminário também foi aprovada a construção de cronologias regionais, a diferenciação de unidades culturais e o estabelecimento das distinções entre duas áreas de complexos cerâmicos: da **Bacia Amazônica** e da **Faixa Costeira**. Essas duas áreas foram separadas por razões ambientais. O contraste de ambiente representaria diferentes formas de acessibilidade e centros de desenvolvimento cultural que estariam refletidos na história de suas cerâmicas.

A **Faixa Costeira** que estaria isolada por barreiras ecológicas naturais da área andina apresentaria um quadro relativamente simples e as tradições ceramistas seriam mais homogêneas. A **Bacia Amazônica** teria sido receptáculo de influências de diversas culturas do norte e do oeste com tradições ceramistas muito menos homogêneas. A separação em duas áreas de complexos cerâmicos, de certa forma, é semelhante à divisão existente desde o século passado.

Para Altenferlder Silva e Betty Meggers (1972:23), a Bacia Amazônica ao norte, do oeste e das terras altas costeiras do sul e do leste, apesar de serem culturalmente distintas e independentemente derivadas, seriam em certos aspectos similar:

“ambas as regiões são marginais a centros de desenvolvimento e de difusão; assim, estas invenções e descobertas chegaram a elas relativamente tarde. A bacia amazônica, ligada geograficamente ao centro andino, é acessível por rotas fluviais facilmente navegáveis, e sofreu a transição para a agricultura e fabricação de cerâmica mais cedo do que a região sul. É possível que a abundância de recursos alimentares provenientes do mar tenha adiado por algum tempo, no sul, a transição para uma agricultura de subsistência, que pode, ao menos inicialmente, não ter sido produtiva.”

Nos anos seguintes, alguns pesquisadores, tanto os que integraram o PRONAPA, como aqueles que não participaram desse programa, levantaram algumas críticas ao tipo de abordagem utilizada para o estudo dos grupos pré-históricos ceramistas. No Nordeste, as primeiras críticas surgiram a partir da década de oitenta, estando elas relacionadas aos critérios utilizados para a determinação das fases (Albuquerque 1987; Oliveira 1990; Nascimento et al. 1990; Martin 1990, 1996; Albuquerque, Spencer 1994). De modo geral as críticas enfatizam que apenas alguns elementos da cerâmica seriam, na maioria das vezes, utilizados para a determinação de uma fase e os tipos seriam determinados a partir de uma técnica ou modalidade de decoração. Para Albuquerque (1991), como por exemplo, os elementos diagnósticos de uma fase deveriam refletir uma conjuntura da realidade histórica do grupo, em um segmento espacial e temporal da tradição.

Constatamos um período de ampla revisão metodológica e classificatória e duas posturas foram adotadas pelos pesquisadores:

- 1) não se estabeleciam fases arqueológicas ou culturais e a cerâmica pré-histórica encontrada nos sítios era filiada às tradições existentes : Tupigurani, Aratu ou Periperi. Este período representa uma fase de transição metodológica em que não existe uma postura teórica e metodológica bem definida.
- 2) os vestígios cerâmicos dos sítios estudados, não eram classificados em nenhum grupo étnico ceramista, estudando-se, segundo Martin (1996:171)

“a cerâmica nos seus componentes intrínsecos, relacionando-a com os contextos arqueológicos sem filiações prévias, evitando-se tradições estabelecidas com generalizações perigosas”. *Busca-se, para Santos (1992:116)*, “seriar cronologicamente os registros arqueológicos de grupos, independentemente de uma prévia identificação daqueles grupos, antes que se possa afirmar as reais relações entre os grupos, do ponto de vista de seus sistemas culturais.”

As divisões feitas anteriormente são contestadas e admite-se a existência de grupos ceramistas independentes, não filiados a nenhuma das tradições estabelecidas, com cerâmicas locais que deveriam ser estudadas a partir dos seus atributos técnicos e utilitários. Segundo Gabriela Martin (1996: 171), ao não se poder filiar a tradições como a Aratu e a Tupiguarani, “*as fases acabaram não representando grupos humanos ou*

culturas relacionadas a outros elementos do registro arqueológico dentro de um contexto ecológico.” Atualmente, procura-se estudar os grupos ceramistas sob uma perspectiva de área, as relações entre diversos aspectos culturais, o contexto arqueológico e os sistemas ecológicos.

Entre outras críticas ao tipo de abordagem do PRONAPA, ressaltamos o aspecto da supervalorização da cerâmica para a reconstituição da Pré-história. Críticas a prioridade da cerâmica entre outros tipos de evidências arqueológicas são feitas desde os anos quarenta por Gordon Willey (1986:231), o qual chama a nossa atenção para o fato de que

“do ponto de vista histórico arqueológico, a cerâmica assumiu uma importância totalmente desproporcional ao lugar que ocupa nas culturas indígenas. A partir disso, tornou-se o principal instrumento de reconstrução arqueológica. Este fato é acidental e não reflete a importância cultural da cerâmica para os povos que a fizeram.”

A visão fragmentária da cerâmica que predominou nas últimas décadas da falta de conhecimento sobre outros tipos de abordagens desenvolvidas em outros países. Não podemos esquecer também a tendência, cada vez maior, de especializações na arqueologia pré-histórica. Encontramos, por exemplo, os especialistas no material lítico, cerâmica ou registro rupestre, como se os grupos pré-históricos fossem também especialistas em apenas um desses aspectos. É preciso lembrar que não somos especialistas em cerâmica, mas que estudamos grupos pré-históricos que, entre outras técnicas, dominavam a tecnologia cerâmica. Não podemos considerar um aspecto cultural de forma isolada, sem estabelecer a relação entre outras características culturais para distinguir grupos pré-históricos.

A postura de isolar a cerâmica do contexto arqueológico conduziu a uma supervalorização deste vestígio. A cerâmica poderia não ser uma técnica essencial, do ponto de vista de adaptação ou sobrevivência, no entanto a sua presença serviria para indicar o desenvolvimento de técnicas agrícolas, rotas de migração, difusão e responder questões sobre organização social ou mesmo sobre a origem da agricultura.

As primeiras abordagens para o estudo da cerâmica pré-histórica no Nordeste foram realizadas a partir de quadros teóricos que limitaram a integração dos dados. O interesse principal era estabelecer como

as culturas mudam, daí a importância nas diferenças ou mudanças espaciais e temporais. Os problemas da arqueologia neste período eram centrados, sobretudo, na evolução cultural com objetivos de interpretar as populações atuais e seu desenvolvimento.

As propostas de classificação da cerâmica pecam pela ausência de um conjunto maior de elementos que possam ser interrelacionados, ou seja, as distinções entre os grupos de cerâmica são feitas através de elementos isolados, baseados nas diferenças de tratamento de superfície, decoração e, às vezes, de formas. Pensamos que as diferenças deverão ser estabelecidas através de uma visão de conjunto mais amplo, na qual se possa analisar como os elementos característicos da produção e utilização da cerâmica estejam estruturados. Nesta abordagem, o perfil cerâmico faz parte do sistema técnico de um grupo cultural pré-histórico e, juntamente com as informações do contexto ecológico e arqueológico, pode-se estabelecer as distinções entre os grupos pré-históricos ceramistas. Esse tipo de abordagem procura as relações existentes entre os elementos do conjunto, evitando-se a análise isolada dos elementos culturais.

Atualmente verificamos no Nordeste mudanças dos objetivos direcionados aos estudos dos vestígios cerâmicos, porém permanece, na maioria dos casos, a mesma metodologia aplicada pelo PRONAPA. Alguns pesquisadores ainda procuram esclarecer a distribuição de grupos pré-históricos e utilizam a distribuição dos padrões decorativos da cerâmica como uma forma de identificação destes grupos. Outras pesquisas estão voltadas para o estudo de:

- processos adaptativos de grupos de horticultores;
- relações espaciais e da natureza do material arqueológico, para melhor entender a organização social dos grupos;
- padrões culturais de ocupação;
- aspectos tecnológicos sobre a produção da cerâmica, procurando-se correlações entre os elementos técnicos, o tipo de pasta com o tipo de decoração, o domínio técnico do artesão e de representação estética; e
- informações etnográficas, procurando-se dados para explicar o contexto arqueológico.

As novas propostas colocam a cerâmica como mais um aspecto da cultura, procurando-se extrair deste tipo de vestígio outras relações para a reconstituição das sociedades. Existe uma tendência cada vez maior

para o desenvolvimento de projetos locais com novas perspectivas analíticas, nos quais se procura recuperar dados mais precisos que possam estabelecer características dos grupos étnicos ceramistas, visando, no futuro, fornecer uma visão geral que permita situá-los regionalmente e integrá-los no contexto da Pré-História do Brasil. Procura-se realizar estudos mais detalhados, ampliar o contato com outras disciplinas que possam fornecer dados mais concretos sobre a paisagem ambiental na qual estes grupos estavam inseridos, e estabelecer o padrão de produção da cerâmica e do cultivo das espécies vegetais que constituiriam a sua dieta básica. Para definir o tipo de estabelecimento tenta-se reconstituir a distribuição espacial das aldeias e a relação com o meio ambiente e sua duração temporal. Enfim, procura-se inferir a partir de outros aspectos do registro arqueológico.

AVALIAÇÃO CONCEITUAL

A análise conceitual dos termos empregados em ciência é fundamental para o estabelecimento de uma linguagem uniforme. Procura-se evitar definições gerais que não permitem sistematizar os dados e os estudos comparativos. No entanto, nos estudos sobre os grupos pré-históricos ceramistas, na literatura da arqueologia brasileira, alguns termos e conceitos não estão bem definidos e encontram-se em fase de revisão e redifinição. Observamos que não existe um termo específico para designar esses grupos, como por exemplo, *grupos horticultores*, *horticultores pré-históricos*, *agricultores*, *ceramistas*, *agricultores e ceramistas*, *culturas cerâmicas*, *grupos ceramistas*, *cultivadores*, *tradições ceramistas* ou *ocupações cerâmicas*. Estes termos não estão completamente definidos e refletem categorias amplas nas quais podem ser incluídos diferentes grupos pré-históricos, com sistema de vida diversificado. Às vezes nesta identificação são priorizados critérios técnicos (cerâmica), econômicos (modo de subsistência) e/ou padrão de assentamento, como por exemplo, *aldeamento cerâmico*, *aldeia de horticultores ceramistas*. Verificamos poucos termos ou conceitos em que a separação aparece clara entre grupos que poderiam ter o conhecimento tecnológico mais amplo e dominar as técnicas de produção da cerâmica e as técnicas agrícolas ou serem cultivadores que não possuíam a técnica da cerâmica. Na maioria deles, verificamos uma relação direta entre a técnica de pro-

dução da cerâmica e o início da produção agrícola. Outras vezes, os termos estão relacionados aos padrões de assentamento e aos tipos de sítios, como por exemplo: *período cerâmico*, *aldeamentos cerâmicos*, *sítio cerâmico* ou *sítio lito-cerâmico*.

Em algumas publicações já existe a preocupação de melhor definir o conceito de grupos pré-históricos ceramistas e a separação entre os ceramistas e os não ceramistas, seria baseada na técnica. Segundo Martin (1998) esta separação “*não significa, em princípio, grandes mudanças econômicas*” já que em tempos históricos existiam grupos indígenas que praticavam algum tipo de agricultura e não utilizavam cerâmica ou, ao contrário, possuíam a cerâmica e não praticavam a agricultura.

A questão da terminologia e conceitos utilizados para o estudo dos grupos pré-históricos ceramistas na arqueológica brasileira é um tema que vem sendo discutido desde a década de sessenta. Os arqueólogos procuram uma terminologia de consenso, porém não se tem chegado, na maioria dos termos aplicados aos estudos desses grupos, a uma definição precisa e adequada, existindo termos utilizados com sentidos e concepções diferentes.

Vários encontros científicos foram promovidos com a finalidade de se discutir a viabilidade destes termos. O primeiro deles, foi o *Seminário de Ensino e Pesquisas em Sítios Cerâmicos* realizados nas cidades de Curitiba e Prunópolis, no período de 5 a 29 de outubro de 1964. Este seminário foi organizado pelo Departamento de Antropologia e pelo Conselho de Pesquisa da Universidade Federal do Paraná, a qual deu apoio financeiro, juntamente com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES e da *Fulbright Commission*, Dirigido pelos Drs. Betty Meggers e Clifford Evans do *Smithsonian Institution*, teve a participação de pesquisadores e professores de universidades e museus de vários estados brasileiros. Neste seminário, a nosso ver, um dos mais importantes, porque nele foram estabelecidos muitos termos e conceitos para o estudo dos grupos ceramistas, ainda hoje em vigor, foram discutidas questões referentes a teoria arqueológica, metodologia, classificação e interpretação da cerâmica, procurando-se padronizar o sistema de análise e descrição dos vestígios arqueológicos. Foi ainda proposta a elaboração da **Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica** (ed. Chmyz), publicada pelo Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas e pela Universidade do Paraná, em 1966, reeditada em 1976.

Outro encontro decisivo para a discussão deste tema foi o *III Seminário Goiano de Arqueologia*, realizado em Goiás, em 1980, onde foi feito um balanço do estado da arqueologia no Brasil com as seguintes metas:

- 1- reunir os dados arqueológicos, com o objetivo de se estabelecer uma síntese da Pré-História brasileira;
- 2- discutir o sistema de periodização e classificação das culturas americanas em estágios culturais para formar uma estrutura básica capaz de permitir a conexão e interpretação das monografias disponíveis.

A classificação dos estágios culturais, discutida neste encontro, estava baseada no modelo proposto por Gordon Willy e Phillips, de 1958. Deste modelo foram discutidos o conceito e os limites dos estágios *Paleoíndio* e *Arcaico*, o qual foi subdividido em *Arcaico do interior* e *Arcaico do litoral*. Os estudos sobre arte rupestre e sobre os cultivadores do planalto e do litoral foram discutidos em separado.

Nas cinco publicações que resultaram deste encontro, percebem-se alguns postulados e termos empregados para o estudo de grupos pré-históricos ceramistas e, mais uma vez, a preocupação em definir conceitos e uniformizar a terminologia da arqueologia brasileira.

Nas discussões sobre os estágios culturais, o *Arcaico* seria um período que iria do fim do *Paleoíndio* até o aparecimento dos **grupos horticultores** e, a evidência existente no contexto arqueológico, que permitiria indicar a presença desses grupos, seria a cerâmica. No entanto, foi discutido se a cerâmica, assim como o almofariz ou o machado de pedra, poderiam ser ou não indicadores seguros de práticas agrícolas. Para Guidon (1980:85), a produção de alimentos seria um fator muito mais importante numa conceituação do que o aparecimento de uma técnica a mais, devendo ser usado, em sua opinião, a mudança na economia .

Fica claro nestes debates que foi utilizada a cerâmica, para conceituar o período final, porque seria um tipo de evidência mais resistente, assim como o lítico, já que os restos agrícolas são raros e, em sítios a céu aberto, é praticamente impossível detectar diretamente a prática agrícola ou a domesticação de animais.

Segundo Martin (1998:25), a relação agricultores-ceramistas complementa-se na medida em que, no estado atual do conhecimento, é apenas ante a evidência da cerâmica pré-histórica que inferimos a presença de agricultores, no entanto,

“Não significa isso que uma não possa existir sem a outra e, naturalmente, formas simples de vasilhames cerâmicos podem anteceder à existência da agricultura. Através das formas e tamanhos das vasilhas deduzimos os cultivos básicos utilizados e o maior ou menor sedentarismo dos grupos étnicos. A presença de grandes vasilhames decorados denotaria maior estabilidade na ocupação de uma determinada área, e as formas abertas ou fechadas dos mesmos, a utilização massiva da mandioca ou de grãos. Para se afirmar, com segurança, a existência de plantas cultivadas nos sítios arqueológicos, precisa-se de análises polínicas das amostras retiradas de colunas estratigráficas, mas esse tipo de pesquisa ainda é pouco praticada na pré-história brasileira.”

No estado de Pernambuco encontramos cerâmica associada a grupos de caçadores e coletores que possuíam o hábito de incinerar seus mortos. Estas evidências aparecem, em contextos arqueológicos dos sítios *Gruta do Padre*, *Furna do Estrago*, *Periperi*, *Pedra do Tubarão* e *Alcobaça*. Na maioria dos sítios os vestígios cerâmicos são raros, mas demonstram, sem dúvida, o conhecimento da técnica cerâmica por esses grupos pré-históricos. Nos sítios de Bom Jardim, como vimos anteriormente na tradição Pedra do Caboclo, encontramos também a incineração dos mortos associada a urnas funerárias.

No sudeste do estado do Piauí, encontramos vestígios cerâmicos em vários abrigos datados de 8960 ± 70 BP a 420 anos BP, no entanto não podemos estabelecer no momento se esses abrigos foram ocupados apenas por grupos de caçadores e coletores ou por agricultores ceramistas das aldeias. Todos os abrigos possuem painéis com grafismos rupestres e, na Toca do Congo I e Toca da Baixa dos Caboclos, foram encontrados sepultamentos primários e secundários em urnas funerárias.

Mais importante que a presença da cerâmica para detectar as mudanças na Pré-História seria a evidência da aparição das plantas cultivadas e a adaptação a novas formas de subsistência. A importância da cerâmica como indicadora da existência de agricultura decorre da facilidade com que ela é detectada e sua conservação, porém para detectar a existência da agricultura além da presença de almofarizes, mãos de pilão, devemos utilizar as evidências de sementes conservadas em abrigos e cavernas. Porém, em sítios a céu aberto, como as aldeias, é pratica-

mente impossível inferir-se práticas agrícolas quando não existe a presença da cerâmica.

Atualmente os critérios mais utilizados para identificar os níveis de desenvolvimento cultural pré-históricos estão baseados nas mudanças econômicas, variações dos tipos de artefatos e formas de organização do espaço. Temos por exemplo, os caçadores e coletores do interior, os coletores e pescadores do litoral e os horticultores, relacionados diretamente com os grupos pré-históricos que conheciam a técnica da cerâmica.

As inferências sobre a horticultura são feitas a partir das informações etnográficas dos primeiros séculos subseqüentes à descoberta do Brasil e, da cerâmica encontrada nos sítios, a qual teria sido utilizada para o processamento de tubérculos entre outros produtos. Segundo Scatamacchia (1993), isto ocorre porque faltam evidências e estudos sobre a domesticação da mandioca e sua distribuição nas áreas tropicais. Pela ausência de um quadro do desenvolvimento das diferentes formas de captação e produção de alimentos e espécie utilizadas, a autora propõe que a cerâmica poderia servir como elemento para a construção de hipóteses e para traçar um panorama de mudança do padrão de subsistência, inferindo as atividades e os processos de captação, preparação e armazenagem de alimentos. A presença da cerâmica nos sambaquis, poderia indicar um aproveitamento constante de recursos vegetais, estando ela relacionada à domesticação de plantas. As cerâmicas dos sambaquis do Pará, no baixo Amazônia (fase Mina e Castália), representariam a transição no padrão de subsistência e estariam associadas aos grupos coletores construtores dos sambaquis para o tipo de Floresta Tropical. A cerâmica da tradição Mina, encontrada em concheiros, tidos como típicos de grupos coletores e pescadores, deveria representar, portanto, umas destas etapas intermediárias entre a subsistência de coleta para o de produção (Cf. Scatamacchia 1991:38).

A questão de mudança na tecnologia ou no sistema econômico para definir períodos na pré-história apresenta uma dicotomia entre a história do desenvolvimento das técnicas e a história das mudanças de subsistência ou econômicas. Se o aperfeiçoamento de uma técnica ou o seu aparecimento é um fator impulsionador ou motivador do desenvolvimento de uma sociedade é uma questão que deverá ser analisada em cada contexto, sem generalizações *a priori*.

Novos debates sobre questões metodológicas e sobre a terminologia para o estudo de grupos pré-históricos ceramistas foram iniciados no *I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro*, realizado em Recife, e na *IV Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, em Santos - São Paulo no ano de 1987. Questionou-se, principalmente, a aplicação do método Ford na interpretação da cerâmica e, devido à importância do tema, foi programada uma mesa redonda sobre os seguintes problemas:

- terminologia cerâmica;
- a cerâmica como documento arqueológico - potencialidade de inferências;
- a coleta das amostras cerâmicas;
- as coleções cerâmicas museológicas ;
- problemas referentes à análise da cerâmica e terminologia;
- análise das formas: a reconstituição das peças;
- definição de critérios para a descrição das técnicas decorativas;
- classificação e tipologia;
- interpretação da cerâmica arqueológica com base nos aspectos da função, modelo de subsistência sócio-cultural e informações etnográficas.

No entanto, as primeiras propostas irão surgir apenas, no *II Simpósio de Arqueologia da Região Sudeste*, realizado em abril de 1995, em São Paulo, no qual mais uma vez foi levantado o problema de uniformização da terminologia e inclusive foram discutidas as diferenças conceituais entre os termos horticultura e agricultura.

De modo geral, os termos *horticultores* e *agricultores* encontram-se associados a grupos que viviam em aldeias, possuíam abundância de cerâmica e praticavam o cultivo de plantas (para alguns pesquisadores, definida como horta e, outros, como *coivara*), a qual seria caracterizada pela derrubada e queima da floresta, sendo a terra preparada para a sementeira. Partindo do princípio de que, o cultivo fornecia um recurso alimentar mais permanente, estes grupos eram considerados sedentários ou semi-sedentários, complementando a dieta alimentar com os produtos da coleta, pesca e caça. Baseando-se em dados etnográficos chegava-se a afirmar que a agricultura (como acontecia entre os *Guarani*), ficava a cargo da mulher. As inferências sobre a agricultura, como falamos anteriormente, eram feitas, em muito casos, através de evidên-

cias indiretas, pela presença de artefatos que estariam ligados ao processamento e armazenamento de produtos agrícolas, como os machados de pedra, almofarizes e cerâmica, estando ela associada, no caso da cerâmica, a “*populações ceramistas*” e dos outros elementos a populações “*pré-ceramistas*”. As formas das vasilhas também indicariam o tipo de cultivo.

Ondemar Dias (1993:12), baseado na definição de Campbell (1983:200), utilizou o termo **horticultura** como a criação de um conjunto de plantas “alimentarias”, numa horta nas vizinhanças. Segundo este autor, embora

“pareça haver um consenso, baseado na experiência acumulada pela observação de comunidades tribais vivas no Brasil, de que a horticultura dominante tenha sido a de “derrubada e queima” ou “pousio” [...] não dispomos por hora de qualquer estudo que possa configurar com alguma clareza os métodos empregados nas fases mais antigas de plantio neste território. Provavelmente, no entanto, o termo “horticultura”, mormente por se relacionar à produção não especializada de algum vegetal, com excedente (no caso, a agricultura) e sim diversificada, possa ser usado, sem risco de falsear muito o processo (ou a idéia que se tem dele).

José Ramón Llobera define a **horticultura** como um tipo de adaptação baseado na cultura das sementes, raízes ou tubérculos, onde foram utilizados como instrumentos de produção o pau para cavar ou a enxada. Segundo o autor (1979:37-38), tal

“como os caçadores e colhedores, os **povos horticultores** apenas utilizam a energia muscular, e diferenciam-se dos **povos agricultores** (grifo nosso) porque lhes faltam os meios para rasgar o solo, o que explica a sua baixa produtividade. Por outro lado, os métodos utilizados para tratar o terreno implicam o corte da mata virgem e a queima, o que leva ao empobrecimento do solo durante períodos superiores a dois ou três anos. Grande parte dos povos que utilizam este método de subsistência, combinam-no com a caça e a colheita. Isto explica as grandes diferenças de produtividade que existem entre uns e outros, de acordo com a proporção de alimentos provenientes de um ou outro modo de subsistência. A maior parte das soci-

idades que praticam a horticultura são sedentárias, embora as aglomerações variem enormemente no número de indivíduos e na complexidade da organização econômica, social e política. A divisão de trabalho mais típica é a que dá às mulheres a colheita e o cultivo da terra e aos homens a caça e a destruição do mato.” (Llobera 1979:34)

A agricultura, portanto, como modo de subsistência, seria diferente da horticultura, porque a tecnologia utilizada seria mais avançada, permitiria arar o solo. Assim, não se trata apenas de uma diferença quantitativa, mas também qualitativa, pois a **agricultura** permitiria explorar um grande número de *habitats*, e, por conseguinte, as sociedades que daí resultariam seriam mais heterogêneas do que nos níveis de adaptação anteriores. Ainda segundo Llobera (*Ibid.*: 37-38),

“como sistema de cultivo a agricultura baseia-se na presença de uma ou várias das características seguintes: arado e animais de tração, irrigação em grande escala e socalcos. Cada técnica requer uma organização específica do trabalho, que influi no nível da organização social. A agricultura associa-se quase sempre à existência de classes sociais e ao aparecimento de uma forma de aparelho estatal. O uso do arado depende, salvo casos excepcionais em que se recorre à tração humana, da existência de animais (bois, mulas, etc.). Frequentemente, a criação de animais requer a presença de grupos especializados, que exercem o monopólio da sua utilização. A irrigação em grande escala e a presença de socalcos requer organização especial do trabalho para construção, manutenção e proteção. A tecnologia agrícola é também acompanhada da presença de artesãos, mercados, etc.”

Na arqueologia americana, o termo **horticultura** é utilizado frequentemente para denominar aqueles grupos produtores de raízes e, **agricultura** para os grupos produtores de sementes e cereal. O termo **horticultura**² definiria o tipo de agricultura de coivara praticado na costa brasileira, caracterizada pelo “*cultivo de plantas de raízes em pequena escala, nas proximidades das áreas de habitação.*” A **horticultura**, portanto, seria de “*escala limitada, sendo sua principal desvantagem a grande extensão de terra arável requerida.*” A densidade de população seria menor que a mantida pela agricultura intensiva de arado e, a necessidade de novas terras deveria ser apontada “*como a principal propulsora da grande movimentação das tribos.*” Conforme Scatamacchia

(1993,1995-96), o cultivo de plantas de raízes, de aparecimento mais tardio, seria considerado mais simples que o de cereais. Na colheita de tubérculos o tempo seria menos crítico, o que não fosse arrancado brotaria novamente e por este motivo o cultivador não tem que ser totalmente sedentário, pois uma vez plantados, a manutenção dos campos requer pouca atenção.

No *Dicionário de Arqueologia* de Alfredo Mendonça de Souza (1997), encontramos assinalada a distinção entre a **agricultura** e a **horticultura**. A **agricultura** seria diferente de **horticultura** porque implica em uma produção maior do que o consumo necessário ao grupo, passível de troca ou armazenamento, e, geralmente, teria sido praticada com o auxílio da tração animal e equipamentos próprios. Neste caso a distinção está assinalada mais no sentido de quantidade do que de qualidade do produto consumido pelo grupo.

Como podemos observar, a questão dos termos e conceitos, utilizados para o estudo dos grupos pré-históricos ceramistas no Brasil, abrangem problemas e enfoques diferentes com soluções apropriadas para cada caso e o avanço do conhecimento, sobre esses grupos, dependerá do tipo de abordagem, da precisão da terminologia e conceituação, os quais possuem problemas e enfoques diferentes com soluções apropriadas para cada caso. Entretanto, em primeiro lugar, precisa-se da disposição e da interação dos arqueólogos em nível regional e nacional para poder resolver essas questões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. Agricultura tropical pré-histórica (um sistema de floresta úmida ou que integra o semi-árido?). **Ciência & Trópico**, Recife, v. 19, n.1, p.7-33, 1992.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. Cultivadores pré-históricos no semi-árido: aspectos paleoambientais. **CLIO**. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, 1987. Recife, v.1, n.4, p.117-118, 1991. Número extraordinário.(Série Arqueológica).

ALBUQUERQUE, Marcos. Horticultores pré-históricos do nordeste. **Arquivos do Museu de História Natural**, Belo Horizonte, v. 8-9, p.131-134, 1983-1984.

ALBUQUERQUE, Marcos. Ocupação Tupiguarani no Estado de Pernambuco. **CLIO**. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, 1987. Recife, v.1, n.4, p. 115-116, 1991. Número extraordinário. (Série Arqueológica).

ALBUQUERQUE, Paulo T. de S; WALNER, Spencer Barros. Projeto Arqueológico: O homem das dunas - RN. **CLIO**, Recife, v.1, n.10, p.175-188, 1994. (Série Arqueológica).

ALTENFELDER Silva, MEGGERS, Betty J. Desenvolvimento cultural no Brasil. In: **Homem, Cultura e Sociedade no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 11-25.

ALVES, Cláudia; LUNA, Suely; NASCIMENTO, Ana; A cerâmica pré-histórica brasileira: novas perspectivas analíticas. **CLIO**, Recife, n.7, 1991. (Série Arqueológica).

ARAUJO A . J. G.de., PESSIS A .M., GUERIN C., MIRANDA DIAS C. M., ALVES C., SALAROLI LA SALVIA E., OLMOS F., PARENTI F., DALTRINI FELICE G., PELLERIN J.; EMPERAIRE L., CHAME, M.; MENESES LAGE, M.C.S., FAURE, M., GUIDON N., PINTO DE MEDEIROS R., GAIOTTI SIMOES PR. **Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil**. São Raimundo Nonato, Piauí: FUMDHAM, 1998. 94 p. il.

- BROCHADO, José Proenza. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica. **Dédalo**, São Paulo, n. 27, p.65-82, 1998.
- BROCHADO, José Proenza et al. **Arqueologia brasileira em 1968: um relatório sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas**.
- DIAS JUNIOR, Ondemar F. As origens da horticultura no Brasil. **Revista de Arqueologia Americana**, n.7, p. 7-52, 1993.
- GONZÁLEZ, Erica M.R. Os grupos ceramistas pré-coloniais do Brasil Central; origens e desenvolvimento. **Coleção Arqueológica**, Porto Alegre, v.2, n.1, p.233-248, 1995-96.
- KINGERY, W. D. Plausible inferences from ceramics artifacts. In: **Archaeological**. OLIN, Jaqueline (Ed.); FRANKLIN, Alan D. Washington, D. C: Smithsonian institution Press, p.37-45, 1982.
- LLOBERA, José Ramón. **As sociedades primitivas**. Rio de Janeiro: SALVAT Editora do Brasil, 1979. 142p.
- LUMBRERAS, Luis G. La arqueología sudamericana: tres década. In: MEEGERS, B. (Ed.), **Préhistoria Sudamericana: Nuevas Perspectivas**. Washington D.C.: Taraxacum, p.27-32, 1992.
- LUNA, Suely; NASCIMENTO, Ana. Os grupos ceramistas do baixo São Francisco: primeiros resultados. **Cadernos de Arqueologia**, Sergipe, 31p. 1997. (Documento, 12).
- MAGALHÃES, Erasmo de A. O Tupi no litoral. **Revista de Arqueologia**, Sociedade de Arqueologia Brasileira, v.7. p.51-68, 1993.
- MARANCA, Sílvia. Agricultores e ceramistas da área de São Raimundo Nonato, Piauí. **CLIO**. Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, 1987. Recife, v.1, n.4, p.95-97, 1991. Número extraordinário. (Série Arqueológica).
- MARANCA, Sílvia. A Toca do Congo I. Um abrigo com sepultamento no Estado do Piauí. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v.31, v.31, p.155-173, 1976. (Nova série).
- MARANCA, Sílvia.; MEGGERS, Betty J. Uma reconstituição de organização social baseada na distribuição de tipos de cerâmica num sítio habitação da Tradição Tupiguarani. **Pesquisas**, São Leopoldo, n. 31, p.227-247, 1980. (Série Antropologia).
- MARTIN, Gabriela. Pré-história do Nordeste do Brasil. Recife, Ed.Universitária-UFPE, 1996, 440 p., il.

MARTIN, Gabriela. Prehistória del nordeste de Brasil: estado actual de la investigación. **Archivo de Prehistória Levantina**, Valencia, n. 18, p.49-80, 1998. il.

MEGGERS, Betty J.; Evans, CLIFFORD. O emprego do método comparativo na interpretação arqueológica. **Separata da Revista Sociologia**, v. 20, n.3, ago., p 397-409, 1958.

MEGGERS, Betty J.; EVANS, Clifford. Especulaciones sobre rutas tempranas de difusión de la cerámica entre sur y mesoamérica. **Separata da Revista del centro de investigaciones antropológicas de la Universidad Nacional**. Paraná, t.1, n.3, dic., p.1-15, 1964.

MEGGERS, Betty J.; EVANS, Clifford. Identificação das áreas culturais e dos tipos de cultura na base da cerâmica das jazidas arqueológicas. **Arquivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 46, p. 9-32, 1958.

MINEIRO SCATAMACCHIA, Maria Cristina. Horticultores ceramistas da costa brasileira. **Journal of American Archaeology**, n.8, julio – diciembre 1993 a enero-junio1995, p. 117-158.

NASCIMENTO, Ana; ALVES, Cláudia; LUNA, Suely. A cerâmica pré-histórica no Nordeste brasileiro. **CLIO**, Recife, v. 1, n.6, p. 103- 112, 1990. (Série Arqueológica).

NICKLIN, K. Stability and innovation in Pottery Manufacture, In: **World Archaeology**. v 3, n. 1,

PESSIS, Anne-Marie. **Parque Nacional da Serra da Capivara**. Perfil socio-econômico da Área de preservação permanente. Municípios de Coronel José Dias e São Raimundo Nonato. Recife: FUMDHAM/SUDENE, 217p. 1988.

RICE, Prudence M. **Pottery analysis**. a sourcebook. Chicago: University of Chicago Press, 1987. 559P.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. Teoria e métodos na análise cerâmica em arqueologia. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 8, p.287-294, 1998.

RYE, Owen S. **Pottery technology principles na reconstruction**. Washington, D. C. 1981 (Manuals On Archaeology, 4).

SÁNCHEZ, Rodrigo Navarrete. Cerámica y etnicidad. Una aproximación al estudio de las formas culturales como expresión de lo étnico. **Boletín de Antropología Americana**, n.22, dic., p 47-80, 1990.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. O aparecimento da cerâmica como indicador de mudança do padrão de subsistência. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, p. 33-40, 1991.

SCATAMACCHIA, M. Cristina Mineiro. A aplicação do conceito formativo no leste da América do Sul: Brasil. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 8, p.141-148, 1994-95.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. A ocupação Tupi-Guarani do estado de São Paulo: fontes etno-históricas e arqueológicas. **Dédalo**, n. 23, p.197-222, 1984.

SCATAMACCHIA. Proposta de caracterização da horticultura tropical: o litoral de São Paulo. **Coleção Arqueologia**, Porto Alegre, n.1, v.1, p. 271-288, 1995-96.

SCHIFFER, Michael B. Archaeological context and systemic context, **American Antiquity**, v. 37, n. 2, p.156-165, 1972.

SCHIFFER, Michael B. Behavioral chain analysis: activities, organization and the use of space. **Fieldiana Anthropology**, v. 65, p.103-119, 1975.

SHEPARD, Anna O. *Ceramics for the Archaeologist*. 4 ed. Washington D. C.: Camegie Institution of Washington, 1961.

SILVA, Fernando Altenfelder. *Culturas Pré-históricas do Brasil*. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.2, 1967.

SIMÕES, Mário F. **Índice das fases arqueológicas brasileiras: 1950-1971**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1972. 75p. il. (Publicações Avulsas, 18).

SOUZA, Alfredo Mendonça de. **Dicionário de Arqueologia**. Rio de Janeiro: ADESA, 1997. 140p.

STEWART, Julian H. Culture areas of the tropical forest, In: **Handbook of South American Indians**. Washington, v. 3, p.883-889, 1948.

WILLEY, G. R. Cerâmica. In: RIBEIRO, Darcy.(Ed.). **Suma etnológica brasileira**. Petrópolis: Vozes, v.2, p. 231-281. 1986. (Edição atualizada do Handbook of south american indians.).

WILLEY, Gordon R. PHILLIPS, Philip. **Method and teory american archaeology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.